

# ANEXO I – LEGISLAÇÃO APLICADA

## NORMAS NACIONAIS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei federal nº 4.504/1964 de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra.

Lei federal nº 6015/1973 – Dispõe sobre registros públicos.

Lei federal nº 6.938/1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei federal nº 8.935/1994 – regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios).

Lei federal nº 10.406/2002 – Código Civil.

Lei federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Lei federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 – Novo Código Florestal.

Lei federal nº 11.481/2007 – prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.

Lei federal nº 11.977/2009 – além da definição do Programa MCMV dispõe no Capítulo III sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Lei federal nº 12.424/2011 – altera a Lei nº 11.977/2009 do Programa MCMV e da regularização fundiária de assentamentos urbanos.

Lei federal nº 13.465/2017 – entre outros temas dispõe sobre a regularização fundiária urbana.

Decreto federal nº 59.428/1966 – regulamenta o Estatuto da Terra.

Decreto federal nº 88.940 de 07 de novembro de 1983 – cria a APA da Bacia do Rio Descoberto.

Portaria nº 133, de 11 de dezembro de 2014, DOU de 12/12/2014 – trata da APA da Bacia do Rio Descoberto.

Portaria nº 28, de 17 de abril de 2015, DOU de 20/04/2015 – trata da APA do Planalto Central.

## NORMAS DISTRITAIS

Lei Orgânica do Distrito Federal, alterada pelas Emendas à Lei Orgânica nºs 1 a 106 e as decisões em ação direta de inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios até 2/10/2017

Lei Complementar nº 630, de 29 de julho de 2002, DODF de 29/08/2002 – transforma a área que integra o Centro de Educação Profissional - Colégio Agrícola de Brasília, em Parque Ambiental.

Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012 – Aprova a revisão do PDOT e definem as Áreas de Proteção de Mananciais e os Parcelamentos Urbanos Isolados Engenho das Lages e São Bartolomeu (Parte Norte).

Lei distrital nº 41, de 13 de setembro de 1989 – trata da política ambiental do Distrito Federal - regulamentada pelo Decreto nº 12.960, de 28 de dezembro de 1990.

Lei distrital nº 1705, de 13 de outubro de 1997, DODF de 14/10/1997 – cria o Parque Ecológico e Vivencial do Riacho Fundo em área que menciona e dá outras providências.

Lei distrital nº 4.996/2012 - dispõe sobre a regularização fundiária no DF.

Lei distrital nº 5.344, de 19 de maio de 2014, DODF de 20/05/2014 – trata da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu.

Decreto distrital nº 18.585/97 – regulamenta o PDOT sobre as APM.

Decreto distrital nº 24.255, de 27 de novembro de 2003 – Trata das diretrizes dos planos de manejo e zoneamentos ambientais das unidades de conservação.

Decreto distrital nº 34.210/2012 – regulamenta a lei nº 4.996/2012 na regularização fundiária de interesse social.

Decreto distrital nº 40.254/2019, de 11 de novembro de 2019 – dispõe sobre procedimentos de Regularização Fundiária Urbana.

Decreto distrital nº 40.582/2020, de 31 de março de 2020 – dispõe sobre procedimentos aplicáveis aos processos de Regularização Fundiária Urbana – Reurb no Distrito Federal.

Portaria SEDUH nº 107, de 25 de novembro de 2020.

## **Outras Normas Distritais**

TAC nº 02/2007 – Termo de Ajustamento de Conduta de 30/05/07 – Dispõe sobre a regularização dos parcelamentos do solo no Distrito Federal.

Provimento nº 44/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.